

**POVOADORES DE S. PAULO – TÍTULO AFONSOS
(Adendas às primeiras gerações)**

H.V. Castro Coelho

Resumo: *Antepassados de numerosas famílias tratadas por Silva Leme na “Genealogia Paulistana”.*

Abstract: *Forefathers to several families described by Silva Leme in “Genealogia Paulistana”.*

Definem os autores portugueses que, em genealogia, o apelido “Afonso” vem a ser um “patronímico bastante difundido pelo que existem muitas famílias do mesmo nome, mas de origens diversas”.

Afonso, antropônimo de origem germânica, foi na Idade Média o nome de batismo de vários reis, eclesiásticos e fidalgos da Península Ibérica.

Adotado o nome como apelido ou sobrenome, associado aos apelidos da tradição histórica, veio a distinguir desde antes das dinastias de Borgonha e de Avis (1128-1580) numerosos membros da nobreza e altos titulares, ligados alguns por consangüinidade às Casas Reais (1).

Com o decorrer dos séculos, acrescido de variadas origens, difundiu-se o apelido Afonso. Mencionam os principais autores em seus Nobiliários pessoas desse patronímico residentes em Portugal, Açores, Madeira etc.. Frei Gaspar Fructuoso (1522-1591), autor da obra “Saudades da Terra”, refere-se a cerca de noventa pessoas do apelido Afonso, estabelecidas na Ilha de São Miguel (Livro IV, vols. 1º, 2º e 3º).

Durante o século XVI, diversos portugueses do título aportaram no Brasil. Na Capitania de São Vicente, de 1533 em diante, foi registrada a presença de, ao menos, as seguintes pessoas:

Nº 1- GONÇALO AFONSO, sesmeiro na Bertioiga em 1537.

Nº 2- GONÇALO AFONSO, 1º ouvidor da Capitania de D. Isabel de Gamboa em 1543.

Nº 3- GASPAS AFONSO, membro da câmara de S. Paulo em 1572.

- Nº 4- DOMINGOS AFONSO, membro das câmaras de S. Paulo e Santos de 1579 em diante.
- Nº 5- ISABEL AFONSO C.c. RUI DIAS MACHADO, juiz ordinário em São Vicente em 1555.
- Nº 6- ISABEL AFONSO C.c. PEDRO GOMES, falecido pouco antes de 1598.
- Nº 7- MARIA AFONSO, filha de povoadores da Capitania, irmã da anterior e mãe do Cap. Simão Álvares Martins, juiz ordinário em S. Paulo em 1627.
- Nº 8- N..... AFONSO, irmão ou irmã da anterior e ascendente da mulher do Cap. Mor Calisto da Mota, governador da Capitania de Itanhaém em 1639.
- Nº 9- MADALENA AFONSO casada duas vezes com pessoas da governança, falecida cerca de 1590.
- Nº 10- ANTÔNIO AFONSO, n. por 1540, C.c. JOANA VIEIRA, pessoas nobres, segundo as inquirições de *genere et moribus* de seu bisneto Padre José Vieira Calaça.
- Nº 11- MANUEL AFONSO, membro da câmara de S. Paulo em 1601 e 1607.
- Nº 12- ÁLVARO AFONSO, referido na câmara de S. Paulo em 1562.

Nº 1

GONÇALO AFONSO, n. em Portugal, veio em 1533 como bombardeiro e obteve a 26 de agosto de 1537, do Cap. Mor Gonçalo Monteiro (1º governador) confirmação de sesmaria que lhe fora dada por Martim Afonso de Sousa. Prestou muitos serviços na viagem e pretendia morar em S. Vicente. Situavam-se suas terras na barra da Bertioga em direção a “Caragua.....” e as recebeu em conjunto com Jerônimo Rodrigues. Havia perdido a primeira carta de sesmaria durante uma invasão de amotinados em S. Vicente (RIHGSP, XLIV, 260). Depois de 1537, ano em que se iniciou a vinda de famílias portuguesas e de mulheres européias para a Capitania, teria trazido ou mandado vir sua família. Em 1544, estava devoluta a sesmaria da barra da Bertioga, sendo então dada a Jorge Pires, por nova carta, expedida pelo Cap. Mor Cristóvão de Aguiar de Álderio (3º governador) a 12 de janeiro de 1545. Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, seria a mesma pessoa que segue:

Nº 2

GONÇALO AFONSO, n. por 1505, veio ou retornou de Portugal em 1543 com provisão de D. Isabel de Gamboa, viúva de Pero Lopes de Sousa, para exercer o cargo de 1º ouvidor da futura Capitania de Santo Amaro. No exercício de seu

cargo, estabeleceu a divisa das Capitânicas de Martim Afonso de Sousa e de seu irmão pela barra Grande, de Santos, e não pela barra da Bertiooga, transferindo a ilha de Guaibê e a correspondente faixa de terra firme à jurisdição de Pero Lopes de Sousa (Madre de Deus, Frei Gaspar da “Memórias para a História...”, 1797). Teria deixado descendentes em S. Paulo.

Nº 3

§ 1º

I- GASPAR AFONSO, n. em Portugal, segundo os autores, veio para Capitania de S. Vicente e passou a residir na vila de S. Paulo onde exerceu os cargos de alcaide em 1572, procurador do concelho em 1578, almotacel em 1579, etc. (ACCSP, I, 55, 115 e 131). Nesse ano, figurou nas atas da câmara como cunhado de Marcos Fernandes, o velho (id., 134). Havia casado pouco antes com MADALENA AFONSO, a qual era chamada “órfã” quando casou 2ª vez com Afonso Dias, pessoa da governança de S. Paulo. Faleceu Gaspar Afonso e foi inventariado em 1583 (v. INV. E TEST., II, 124). Deixou terras em “*Urubuapira*”, além do rio “*Anhãbi*”, as quais herdaram seus filhos, com o padrasto, por morte de Madalena Afonso ocorrida antes de 1590. Casou o viúvo com FRANCISCA CUBAS e vendeu a Antônio Pereira as referidas terras de Urubuapira, resguardando os direitos dos órfãos, conforme escritura lavrada em S. Paulo, a 1º de julho de 1602, pelo escrivão Antônio Rodrigues (INV. E TEST., X, 173). Pais de, ao menos:

1 (II)- MARIA AFONSO C.c. ALONSO PERES CANĂMARES - segue.

2 (II)- BĂRBARA GAGO C.c. FERNĂO PAIS - § 2º.

II- MARIA AFONSO, n. por 1577, C. cerca de 1591 c. ALONSO PERES CANĂMARES, castelhano, pessoa da governança que exerceu em S. Paulo os cargos de procurador do concelho em 1592, almotacel em 1599 e 1611, juiz ordinário em 1608, vereador em 1619, etc.

Como responsável por alguns pombeiros, esteve envolvido em 1623, com seu filho Pedro Vidal e outros sete brancos, na devassa instaurada em S. Paulo pelo superintendente de guerra, Cap. Mor Martim de Sá, sobre o assassinio do cacique Timacaúna e o apresamento de sua tribo (RIHGSP, XLIV, 294). Havido sido morto Timacaúna por um negro de Simão Alves (2). A 6 de julho de 1627, foi testemunha, com Geraldo Correia e Ambrósio Pereira, da abertura do interrogatório no “Processo Informativo de S. Paulo” para a beatificação do Padre José de Anchieta (Revista da ASBRAP, nº 3, p. 28). Faleceu Maria Afonso em 1662, com testamento, e seu marido em 1628, sendo inventariados em S. Paulo.

Tiveram oito filhos, nascidos entre os anos de 1596 e 1620, todos mencionados por Silva Leme:

- 1 (III)- MANUEL PERES CALHAMARES C. antes de 1630 c. MARIA ANTUNES, filha de Manuel Antunes e de s/m. Inocência Rodrigues, n.p. de Gaspar Fernandes, de Portugal, e de s/m. Domingas Antunes (irmã do Cap. Mor Manuel Preto) n.m. do (?) Cap. Francisco Rodrigues Velho, provedor dos quintos reais, e de s/m. Brígida Machado (a moça).

Exerceu o cargo de vereador em 1647 (ACCSP, V, 289). Faleceu com testamento e foi inventariado em 1663. Determinou sepultura no capítulo da igreja de S. Francisco, em jazigo pago para si e sua mulher, tendo o acompanhamento dos religiosos do Carmo, do vigário e demais clérigos, com as cruzes e guiões das quatorze confrarias da vila de S. Paulo. Destinou o remanescente da terça à celebração de missas.

No inventário, avaliaram-se um sítio com casas de taipa de pilão e telha, alambique, gado vacum e plantações, casas de taipa de pilão na rua de S. Bento, partindo com Alonso Peres e Manuel Rodrigues de Arzão, e outra, abaixo de Santo Antônio, partindo com Gabriel Alves de la Penha. Arrolaram-se quarenta e dois administrados do gentio (INV. E TEST., XVI, 375). Foram herdeiros apenas a viúva Maria Antunes e a tutelada do mesmo nome, que recebeu em legado a metade da meação, excluída a terça.

- 2 (III)- MADALENA VIDAL, n. antes de 1600, C. por 1615 c. o CAP. PAULO DO AMARAL, n. em 1585, “*homem nobre*”, juiz ordinário em S. Paulo em 1620, 1642, 1645 e 1646 e vereador em 1638, 1641 e 1648 (ACCSP, II, 421, IV, 390 e V, 76, 120, 229, 257 e 323) nomeado ouvidor da Capitania a 11 de dezembro de 1648 (RGCSP, II, 180).

Cristão velho, depôs como testemunha a 26 de agosto de 1643 no processo de genere do Padre Sebastião de Freitas (ACMSP). Faleceu em 1653 (ACCSP, VI, 58) e s/m. em 1668, e foram inventariados em S. Paulo. Tiveram uma única filha:

- 1 (IV)- MARIA DO AMARAL DE SAMPAIO, C. na Sé a 6 de fevereiro de 1639 c. ANTÔNIO BUENO.
- 3 (III)- JOÃO PERES CALHAMARES, n. por 1600 – segue.

- 4 (III)- PEDRO VIDAL C. em 1623 c. MÉCIA DE SIQUEIRA, filha de Francisco de Siqueira e de s/m. Ana Pires (INV. E TEST., XXXVII, 164). Esteve envolvido com seu pai e mais sete pessoas na devassa sobre a morte do cacique Timacaúna. Faleceu em 1648 e foi inventariado em S. Paulo.
- 5 (III)- GASPAR AFONSO VIDAL C. antes de 1632 c. DOMINGAS ANTUNES, irmã de Maria Antunes, retro. Faleceu em 1649 e foi inventariado em S. Paulo, com geração.
- 6 (III)- ALONSO PERES CALHAMARES C. na Sé a ... de novembro de 1635 c. MARIA DA SILVA, c. geração.
- 7 (III)- MATIAS PERES CALHAMARES C. na Sé a 15 de agosto de 1638 c. INÊS PEDROSO, c. geração.
- 8 (III)- ANA VIDAL, n. creio em 1620, C. na Sé a ... de 1634 c. ANTÔNIO DE SIQUEIRA MENDONÇA (SL, título Siqueiras Mendonças).

Faleceu em 1680 e seu marido em 1687 e foram inventariados em S. Paulo. Declarou Antônio de Siqueira no testamento seus pais e sogros. Tiveram doze filhos, nascidos de 1635 até 1663, ano do nascimento da última filha, Luísa. Um dos filhos foi Frei Manuel de Siqueira, religioso de S. Francisco (INV. E TEST., XII, 97 e 136).

- III-** JOÃO PERES CALHAMARES, n. por 1600, C. depois de 1620 com MARGARIDA FERNANDES, n. antes de 1607, creio irmã de Domingos Arenço Botelho, n. em 1613, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1663 (AH-MFG).

Era sua mulher filha de João Dias Arenço (n. por 1580) e de s/m. Isabel Botelho (n. pouco antes de 1590) e neta materna de (?) André Gonçalves e de s/m. Isabel Botelho (a velha). Margarida Fernandes trazia o mesmo nome da mãe de André Gonçalves – Margarida Fernandes, filha de Fernão Álvares e de s/m. Margarida Marques, povoadores da Capitania de S. Vicente.

Seu sogro, João Dias Arenço, teve ao menos dois irmãos: Antônio Dias Arenço (o moço) e Antônia Dias, esta casada três vezes em S. Paulo (INV. E TEST., I, 462 e 493 e IV, 348 e 373). O mencionado Antônio Dias Arenço passou a morar em Mogi das Cruzes onde exerceu o cargo de juiz ordinário em 1627; foi casado nessa vila onde deixou geração (título Dias). Seu pai Antônio Dias Arenço, o velho (avô de Margarida Fernandes) n. cerca de 1557, faleceu antes de 1603, sendo inventariado em

S. Paulo (v. INV.TEST., I, 465). João Peres Calhamares e s/m. faleceram em datas ignoradas. Pais de:

- 1 (IV)- MARIA AFONSO C. na Sé a 13 de janeiro de 1642 c. o CAP. MANUEL RODRIGUES DE ARZÃO; com geração (S.L., título Arzão).
- 2 (IV)- MADALENA VIDAL C. na Sé a de 1642 c. CRISTÓVÃO PEREIRA, n. em 1617, filho de Cristóvão Pereira e de s/m. Isabel Martins (INV. E TEST., V, 490)
- 3 (IV)- ISABEL FERNANDES, n. na freguesia de Santo Amaro, C. depois de 1645 c. JOSÉ CAVALHEIRO, natural da vila de Olaia, no reino de Toledo; com geração.

§ 2º

- II-** BÁRBARA GAGO (filha de Gaspar Afonso, do § 1º nº I) n. creio por 1580, C.c. FERNÃO PAIS, n. cerca de 1575, irmão, segundo os autores, de João Pais (o velho). Seria parente de Maria Pais (C.c. André Fernandes), de Cristóvão Pais d'Áltero, que contribuiu diversas vezes com donativos para as obras do Padre José de Anchieta, de Antônio Pais, juiz de órfãos da Vila de Vitória (ES) em 1585, e de outras pessoas, da Capitania de S. Vicente.

Em 1601, residia Fernão Pais na vila de Itanhaém (INV. E TEST., I, 360) e obteve por volta de 1611 uma sesmaria em lugar não declarado no termo (“Sesm.”, I, 177). Antes de 4 de março de 1624, vendeu a Henrique da Cunha Gago uma sesmaria em S. Paulo, situada além do rio Anhembi, aonde chamam Urubuapira (INV. E TEST., I, 242). Seu irmão João Pais (o velho) foi também morador na vila de Itanhaém e obteve, conforme carta de data lavrada pelo escrivão Bartolomeu Afonso, duzentas braças de terras em Ibirapoeira, as quais vendeu antes de 1624 a Diogo Mendes e s/m. Maria da Gama (INV. E TEST., VI, 208).

Fernão Pais e s/m. teriam falecido em Itanhaém em datas não conhecidas. Pais de, ao menos :

- 1 (III)- PEDRO PAIS
- 2 (III)- MARGARIDA GAGO – segue.
- 3 (III)- MADALENA AFONSO, n. antes de 1610, C.c. DOMINGOS NUNES FÉLIX - § 3º

- III-** MARGARIDA GAGO, n. pouco depois de 1600, C. entre os anos de 1618 e 1625 c. FERNÃO MUNHOZ (n. 1590) irmão de Diogo Munhoz (casado com

Maria Nunes, filha de Lourenço Nunes e de s/m. Ascensa Félix) filhos de povoadores de S. Paulo.

Teve Fernão Munhoz terras em Goiaô, lavouras em Cahaguassu e sítio em Jacuhi, regiões próximas a S. Paulo. Antes de 1622, havia adquirido terras dos índios da aldeia de S. Miguel, com a condição de reconstruir a igreja do orago, conforme acordo feito com o Padre João da Almada, administrador da dita aldeia.

Foi vereador em 1659, almotacel em 1660, etc. (ACCSP, VI-A, 107 e 161).

Faleceu viúvo em 1675, com testamento, e foi inventariado em S. Paulo. Determinou ser enterrado na igreja matriz, na sepultura de sua mulher, abaixo do arco da capela do Bom Jesus, e por sua alma e diversas intenções dispôs quarenta missas (Bogaciovas, Marcelo M. Amaral “O casal Gaspar Vaz da Cunha – Feliciano Bicudo”, Revista ASBRAP nº 1). Pais de:

- 1 (IV)- CATARINA PAIS C. na Sé a de maio de 1643 c. ANDRÉ LOPES MACIEL; com geração.
- 2 (IV)- FERNANDO MUNHOZ PAIS, n. creio antes de 1630, C. cerca de 1655 c. MÉCIA NUNES BICUDO, filha de Antônio de Siqueira Caldeira, n. em 1597, e de s/m. Ana de Góis (SL, título Siqueiras Mendonças).

Foi morador em Mogi das Cruzes onde faleceu antes de 1675. Deixou descendência nessa vila que em parte se transferiu para Jacareí e Taubaté, nos primeiros anos.

Seu sogro Antônio de Siqueira Caldeira era filho de Manuel de Siqueira, falecido em 1614, e de s/m. Mécia Nunes Bicudo (INV. E TEST., XI, 35) e estes, segundo os autores, tios paternos do benemérito homem da governança, Cap. Francisco Nunes de Siqueira, por antonomásia o Redentor da Pátria.

Tiveram dez filhos, todos mencionados no testamento de seu avô Fernão Munhoz, em 1675 (dos quais Silva Leme relaciona cinco):

- 1 (V)- MARGARIDA GAGO BICUDO, n. por 1656, C.c. o CAP. MANUEL GARCIA DA CUNHA (S.L., VII, 464). São os pais de Feliciano Bicudo Garcia, C. em Taubaté c. o Cap. Gaspar Vaz da Cunha, filho do Cap. Gaspar Vaz da Cunha e de s/m. Domingas Cardoso de Gusmão (AH-MFG).
- 2 (V)- MARIA.

- 3 (V)- TOMÉ NUNES PAIS C.c. VIOLANTE CARDOSO, moradores em Taubaté (S.L., V, 137). Foi juiz ordinário nessa vila em 1724 (AHMFG).
- 4 (V)- JOANA NUNES C.c. MANUEL RODRIGUES MADEIRA, moradores em Jacareí (S.L., VII, 525).
- 5 (V)- DOMINGOS NUNES PAIS C.c. LUÍSA DE SIQUEIRA. Foi juiz de órfãos em Jacareí.
- 6 (V)- FERNANDO.
- 7 (V)- HELENA.
- 8 (V)- ANTÔNIO DE SIQUEIRA PAIS C.c. ANA RIBEIRO DE LIMA, moradores em Mogi das Cruzes.
- 9 (V)- CAP. MANUEL MUNHOZ PAIS C.c. ISABEL DA SILVA LEME. Foi juiz de órfãos em Taubaté.
- 10 (V)- MARTINHO, n. cerca de 1674.

§ 3º

III- MADALENA AFONSO (filha de Bárbara Gago do § 2º nº II) n. antes de 1610, C. em S. Paulo c. DOMINGOS NUNES FÉLIX, n. por 1600, filho de Lourenço Nunes, da governança (membro da câmara em 1610, 1613, 1623 etc.) e de s/m. Ascensa Félix, falecida em 1616, irmã do Cap. Mor Jaques Félix e de Isabel Félix (C.c. Diogo Sanches) todos filhos do Cap. Jaques Félix Flamengo, condestável da Bertioga, e de s/m. Camacho, esta, irmã de Ana Camacho, mulher de Domingos Luís, o carvoeiro, e, por esse parentesco, tia de Sebastião Fernandes Camacho, juiz ordinário de S. Paulo em 1628 e 1643 (ACCSP, III, 289 e V, 167).

Faleceu Madalena Afonso em S. Paulo com testamento a 19 de abril de 1654, estando o marido ausente. Fez disposições pias e determinou enterramento no mosteiro do Patriarca S. Francisco, na sepultura de seu sogro Lourenço Nunes. Declarou possuir alguns administrados do gentio do Brasil, que deveriam receber de seus herdeiros bom tratamento e instrução na doutrina cristã (INV. E TEST., DAESP). Faleceu Domingos Nunes Félix depois de 1655 (título Félix Flamengo).

Tiveram oito filhos:

- 1 (IV)- ASCENSA FÉLIX, n. por 1630, C. antes de 1650 c. PEDRO DE GÓIS. Faleceu com testamento em 1651 e foi inventariada em S. Paulo. Fez disposições pias e determinou sepultura na igreja de S. Francisco. Teve de sufrágios doze missas (INV. E TEST., XLI, 225). Pais de uma única filha:

- 1 (V)- MARIA, n. em junho de 1651.
 - 2 (IV)- BÁRBARA GAGO, n. por 1634, C.c. JOÃO DE GÓIS – segue.
 - 3 (IV)- MARIA AFONSO, n. em 1639, herdeira do remanescente da terça de sua mãe, C. em 1655 c. TRISTÃO DE OLIVEIRA LOBO, n. por 1629.
 - 4 (IV)- MARGARIDA GAGO, n. em 1646.
 - 5 (IV)- ANTÔNIA DIAS, n. em 1647.
 - 6 (IV)- SEBASTIANA, n. em 1648.
 - 7 (IV)- DOMINGOS, n. em 1649.
 - 8 (IV)- TOMÉ, batizado na Sé a 26 de dezembro de 1650.
- IV-** BÁRBARA GAGO, n. por 1634, C. antes de 1654 c. JOÃO DE GÓIS. Sendo a filha mais velha, em 1654, ficou responsável pela abertura do inventário de sua mãe, assinando a rogo o respectivo termo seu tio Fernão Munhoz. Teria falecido com seu marido fora da vila de S. Paulo. Pais de, conforme creio:
- V-** DOMINGOS AFONSO FÉLIX, n. em S. Paulo em 1654, morava em Taubaté quando depôs a 3 de outubro de 1704, como testemunha, no processo matrimonial dos oradores Manuel de Oliveira Moraes e Rufina de Góis, que requereram dispensa de consangüinidade em 2º grau. O contraente, morador em Santos onde nasceu em 1683, era filho legítimo de Ana de Góis, irmã de Francisco de Góis, pai da contraente, esta nascida em Taubaté em 1685. Tinha com os justificantes parentesco em 3º grau (creio por consangüinidade). As demais testemunhas do processo, João Ribeiro Maciel, de trinta e cinco anos, e Antônio de Oliveira, de quarenta anos, ambos naturais de S. Paulo e moradores em Taubaté, eram parentes dos justificantes no mesmo grau (ACMSP). Domingos Afonso Félix deve ser o casado com PAULA DIAS, estes os pais de:
- VI-** CAP. MOR DOMINGOS AFONSO FÉLIX DE MACEDO, n. em S. Paulo em 1683 ou antes, passou a residir em Taubaté onde durante muitos anos teve o posto de capitão mor (AHMFG). Em 1733 e 1737 exerceu nessa vila o cargo de juiz ordinário (idem). Sendo moço, dirigindo-se à aldeia de S. José (dos Campos) para se confessar com o servo de Deus Padre Belchior de Pontes, missionário nessa aldeia, lembrou-se que o dia seguinte era dedicado a Nossa Senhora do Carmo. Sem declarar a pessoa alguma, desejou muito ouvir o venerando sacerdote discorrer sobre as grandezas desse título. Pelo dom de conhecer os pensamentos, lhe enviou o Padre Pontes, à noite, uma vela e um livro onde estava marcado um sermão no qual podia

ler as excelências da Senhora do Carmo, “*pois elle se não achava capaz de practicar ao outro dia, o sermão como elle desejava*” (FONSECA, Padre Manuel da “Vida do Padre Belchior de Pontes da Companhia de Jesus da Província do Brasil”, ano de 1752).

Havia casado muito jovem, em 1698, com MARIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO. Tiveram, naturais de Taubaté, entre outros:

- 1 (VII)- MARIA, batizada a 26 de dezembro de 1698 por Frei João Batista, sendo padrinhos Alberto Dias de Carvalho e Feliciano Bicudo.
- 2 (VII)- AFONSO, batizado a 13 de março de 1703 pelo padre Antônio Barreto de Lima, sendo padrinhos Jorge Velho e Mécia Romeiro.
- 3 (VII)- JOSÉ DIAS DE MACEDO, que assinou por sua mãe uma escritura em Taubaté a 8 de julho de 1747.
- 4 (VII)- BELCHIOR FÉLIX AFONSO, assinou por sua mãe uma escritura em Taubaté a 17 de setembro de 1738.
- 5 (VII)- LOURENÇO FÉLIX DE MACEDO, n. por 1708, C. em Jacaré c. TERESA LEME DA SILVA, natural dessa vila, filha de Domingos Lopes Pais e de s/m. Maria Leme do Prado; com geração nessa vila.

Nº 4

DOMINGOS AFONSO, n. em Portugal ou em S. Vicente por 1550, morava em S. Paulo em 1579 quando assinou na câmara com os camaristas e vinte membros da governança da vila um “*auto de ajuntamento*”, tratando de questões administrativas (ACCSP, I, 150). Assinou apenas com uma abreviatura – *d^{os} a^o* (conforme o costume de muitos camaristas).

Casou creio antes de 1579 c. ANA CAMACHO, que seria parente de Ana Camacho (n. por 1550) C.c. Domingos Luís, o carvoeiro, e de diversos moradores desse apelido na Capitania (“*Cartas de Datas*”, I, 66). Em 1589, serviu em Santos o cargo de alcaide (RIHGSP, XLIV, 250).

Na câmara de S. Paulo, exerceu os cargos de almotacel em 1600 e de procurador do concelho em 1601 (ACCSP, II, 77, 85, 103 e 108) assinando cerca de dezessete termos com idêntica abreviatura – *d^{os} a^o ou D^{os} a^o*.

Teve chãos na vila de S. Paulo (que haviam pertencido a Álvaro Eanes) os quais vendeu, antes de 1594, a Antônio de Siqueira Mendonça, morador no porto de Santos (RGCSF, VII, 23).

A 10 de junho de 1585, era Domingos Afonso um dos “*srs. da governança*” das vilas de Santos ou S. Vicente, quando assinou na fazenda de S. Jorge dos

Schetz com o Governador Jerônimo Leitão, o Vigário Sebastião de Paiva, nove camaristas e dezesseis pessoas principais das duas vilas o “*Auto da junta*”, feito para tratar da guerra contra os carijós e tupis do sul; assinou por extenso “*domingos afonso*” (ACCSP, I, 279).

Em 1597, em S. Paulo, arrematou bens no inventário de João do Prado e em 1600 no de Grácia Rodrigues, mulher de Pedro Leme (o velho) tendo assinado nos autos “*Domingos Affonso*” (INV. E TEST., I, 58, 105 e 106).

Creio tratar-se da mesma pessoa, por não haver nesses documentos a distinção de Domingos Afonso “o velho” ou “o moço” etc. (certos assentamentos exigiriam assinaturas completas).

Devia ser moço quando seguiu na expedição do Cap. Mor Jerônimo Leitão a Paranaguá, em 1585, e também na entrada do Cap. Mor João Pereira de Sousa ao rio Sapucaí, em 1596 (Carvalho Franco). Creio que teve descendentes ou sobrinhos em S. Paulo.

Nº 5

I- ISABEL AFONSO, n. em Portugal ou na Capitania entre os anos de 1540 e 1550, C. antes de 1566 em S. Vicente c. RUI DIAS MACHADO (n. por 1510) viúvo de Cecília Rodrigues (pais estes últimos de Brígida Machado, a velha, C.c. o Cap. Mor Governador Pedro Colaço Vilela).

Exerceu Rui Dias Machado o cargo de juiz ordinário em S. Vicente em 1555 e passou a morar no Rio de Janeiro, onde ainda vivia em 1573.

Conforme depôs Daniel Dias Machado nessa cidade, em 1620, sua mãe Isabel Afonso e também seu pai contavam muitos milagres do Padre José de Anchieta. Em 1578, estando Isabel Afonso à morte, foi milagrosamente curada pelo Padre José de Anchieta, que se achava de passagem pelo Rio de Janeiro, em visita às partes do sul (Belchior, Elyσιο de Oliveira “Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro”). Pais de, ao menos:

1 (II)- DANIEL DIAS MACHADO, n. em S. Vicente em 1566, vivia no Rio de Janeiro em 1596. Depôs a 2 de junho de 1620 no “Processo Informativo do Rio de Janeiro para a beatificação do Padre José de Anchieta”. Foi discípulo de Anchieta na escola em S. Vicente, onde viveu na Residência, de porta adentro. Conhecia-o desde os quatro anos de idade. Viu-o pregar e catequizar até pelas ruas. Menciona duas entradas de Anchieta ao sertão, a converter infiéis.

Seu pai, Rui Dias Machado, esteve presente na embaixada de Iperuí, entre S. Vicente e Rio de Janeiro, por ocasião da grande revolta dos tamoios, em 1563 (Revista ASBRAP, nº 3, p. 12).

Nº 6

§ 1º

- I-** ISABEL AFONSO (a velha) n. por 1540 em Portugal ou na Capitania, C. por 1556 c. PEDRO GOMES, natural de Braga, segundo os autores, de onde teria vindo casado com uma primeira mulher Maria da Silva (?).

Era irmã de Maria Afonso (nº 7) C.c. Marcos Fernandes, o velho, de N..... Afonso (nº 8) pai ou mãe da sogra do Cap. Mor Calisto da Mota, governador da Capitania de Itanhaém em 1639 (ACCSP, V, 167 e 476) e de outras pessoas em S. Paulo (se foi a mesma nº 5, as datas e as filiações serão retificadas). Faleceu Pedro Gomes antes de 1598 e s/m. antes de 1612, sendo ambos inventariados nessa vila (INV. E TEST., I, 138 e IV, 455). Pais de, ao menos:

- 1 (II)- ISABEL AFONSO (a moça) n. em S. Vicente cerca de 1557 – segue.
- 2 (II)- ANTÔNIA GOMES (DA SILVA) n. por 1563, C. a 1ª vez depois de 1580 c. PEDRO DIAS, viúvo, e 2ª vez em 1592 c. Gaspar Nunes - § 2º.
- 3 (II)- (?) MADALENA AFONSO, n. por 1560.

- II-** ISABEL AFONSO (a moça) n. em S. Vicente creio em 1557, C. por 1572 c. ANDRÉ MENDES, morador nessa vila em 1571 (RIHGSP, XLIV, 265) e depois em S. Paulo, onde, em 1583, era uma das dezoito pessoas com fazendas em Ibirapuera. Na vila, entre sua casa e a de Diogo Teixeira localizou a câmara, em 1588, o terreno para a construção da igreja matriz (ACCSP, I, 238 e 352). Teve gado em S. Paulo, com registro de marca na câmara feito pelo seu genro Antão Pires, em 1593 (ACCSP, I, 66).

Faleceu em data incerta, creio antes de 1615. Isabel Afonso ainda vivia lúcida a 10 de julho de 1642 quando foi nomeada, com o neto Salvador Ambrósio Mendes, testamenteira de seu filho Ambrósio Mendes que declarou: *“pela confiança que tenho de minha mãe e de meu sobrinho Salvador Ambrósio Mendes quero que sejam ambos de dois meus testamenteiros para que façam bem por minha alma desencarregando minha consciência na forma deste meu testamento sem lhe faltar nada como nelle tenho ordenado, e mandado*

aos quais em geral e a cada um em particular façam por mim o que por eles fizeram...” etc (INV.E TEST., XIII, 481).

Teve Isabel Afonso jazigo próprio, adquirido para si e seus herdeiros, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, em S. Paulo (INV. E TEST., DAESP). Pais de, ao menos, nascidos entre 1573 e 1597 (título Mendes):

- 1 (III)- SUSANA MENDES, creio a filha mais velha, C. antes de 1590 c. ANDRÉ ESCUDEIRO. Sua neta Francisca, filha de Francisco de Seixas e de s/m. Isabel de Escudeiro, nasceu em 1605 (INV. E TEST., III, 409).
- 2 (III)- BRAZ MENDES, o irmão mais velho, C. cerca de 1598 c. CATARINA RIBEIRO, filha de Antônio Mendes e de s/m. Ribeiro, por esta, neta de Manuel Ribeiro (juiz ordinário em S. Paulo em 1578, 1581, 1583, 1588 e 1589, ouvidor eclesiástico em 1590, etc) e de s/m. Isabel Fernandes, povoadores da Capitania. Era cunhado de Nuno Vaz Pinto, juiz ordinário em 1601, casado com uma irmã de sua mulher (RGCSP, VII, 46).
- 3 (III)- ANDRÉ MENDES, testemunha com Brás Mendes e Sebastião Mendes do testamento de Antão Pires, em 1600. Vários moradores do mesmo nome existiram em S. Paulo, um deles casado com ISABEL DA MOTA, filha do Cap. Bernardo Sanches de Aguiar e de s.m. Brígida da Costa Colaço (segundo o testamento de Maria de Aguiar, em 1720).
- 4 (III)- BÁRBARA MENDES C. creio antes de 1595 c. ANTÃO PIRES, n. por 1568, filho de João Pires, o ruivo, e de s/m. Gonçalves; C. 2ª vez c. BALTAZAR ÁLVARES, filho de Pedro Álvares Cabral e de s/m. Susana Moreira. Era cunhada de Leonel Furtado (INV. E TEST., I, 318).
- 5 (III)- SEBASTIÃO MENDES, testemunha em S. Paulo em 1600.
- 6 (III)- ISABEL MENDES C. creio antes de 1600 c. JOÃO FERNANDES (GIRALDO) viúvo, natural da Ilha da Madeira (“Reg., VII, 67). São os pais do Cap. João Mendes Geraldo, juiz ordinário e de órfãos em Parnaíba em 1634, 1642 e 1650 (RIGB, 1991, p. 161, etc.).
- 7 (III)- CRISTÓVÃO MENDES C. por 1612 c. GRÁCIA DA COSTA. Exerceu o cargo de procurador do concelho em 1628. Seu filho, Sebastião Mendes da Costa, foi nomeado procurador da avó, Isabel Afonso, em 1642 em Parnaíba.

- 8 (III)- MARIA MENDES, n. por 1590, C.c. PEDRO SARDINHA. Teve casas em S. Paulo com seu irmão mais velho Brás Mendes. Faleceu antes de 1615, sem geração.
- 9 (III)- AMBRÓSIO MENDES C.c. AGOSTINHA DIAS. Faleceu a 2 de agosto de 1642, sem geração, deixando herdeira sua mãe Isabel Afonso, nomeada testamenteira com o neto Salvador Ambrósio Mendes (sobrinho do testador).
- 10 (III)- GRÁCIA MENDES, n. depois de 1590, C.c. LEONEL FURTADO (título Furtados). Seu filho Francisco Furtado, vereador em 1651, era parente por afinidade “*em trezeiro e quarto grau*” do Cap. Calisto da Mota, por ser sua bisavó Isabel Afonso (a velha) irmã de um dos avós maternos de Custódia Lourenço, mulher do dito capitão. Havia sido eleito Calisto da Mota escrivão da câmara nesse ano. Na ata publicada, por erro paleográfico, o parentesco saiu impresso “*entre seis e quarto grau*” (ACCSP, V, 476).

Teve Leonel Furtado chãos partindo com sua sogra Isabel Afonso (RGCSP, II, 52).

§ 2º

- II- ANTÔNIA GOMES (DA SILVA) (filha de Isabel Afonso, do § 1º nº1) n. cerca de 1563, C. depois de 1580 c. PEDRO DIAS, viúvo de Arenço (?) com quem teria vindo casado de Portugal (título Dias). Exerceu Pedro Dias em S. Paulo os cargos de tabelião em 1565, alcaide em 1577, distribuidor, inquiridor e contador de 1578 a 1591, conforme provisão do Cap. Mor Jerônimo Leitão (ACCSP, I, 121) escrivão da câmara em 1572 e de 1587 a 1589, almotacel em 1576, 1581 e 1586, e juiz ordinário em 1580. Possuía em 1583, com filhos e genros, fazenda na região da Ponte Grande. Seus netos do 1º matrimônio, Antônio Dias Arenço e Cap. Pedro Madeira (n. 1584) foram juízes ordinários.

Chamava-se Pedro Dias o artista improvisado que representou no “Teatro de Anchieta” a figura do mártir Padre Pero Dias no 1º auto, intitulado “Pregação Universal”, encenado na vila de S. Paulo a 31 de janeiro de 1576, de autoria do Padre José de Anchieta; Aleixo e Pedro Leme (filhos de Brás Esteves e de s/m. Leonor Leme) interpretaram dois diabos, Ascenso Ribeiro foi o anjo e Pedro Colaço (o moço) um dos doze pecadores brancos (Anchieta, Padre José de. “Teatro de Anchieta”, Introdução e Notas pelo Padre Armando Cardoso SJ, São Paulo, 1977, 3º volume).

O Padre Pero Dias havia sido, na vida real, o chefe de um grupo de doze jesuítas martirizados por um corsário nos dias 13 e 14 de setembro de 1571.

Faleceu Pedro Dias em 1591 (RGCSP, I, 32) não existindo o testamento nem o inventário de seus bens.

Casou a viúva em 1592 c. Gaspar Nunes, natural de Portugal, viúvo, estabelecido na Capitania em 1564, que exerceu em S. Paulo os cargos de alcaide em 1578, procurador do concelho em 1583, almotacel em 1584, 1603 e 1609, etc. (ACCSP, I, 115, 202 e 240, II, 135 e 246).

Obteve chãos em S. Paulo, situados em Guarepe e dentro da vila, conforme as cartas de datas da câmara, em 1588 e 1609 (RGCSP, I, 15 e 183). Antônia Gomes e seu 2º marido faleceram creio antes de 1615.

Teve do 1º matrimônio, nascidos antes de 1590, ao menos (título Dias):

- 1 (III)- FRANCISCO DIAS C. antes de 1614 c. CUSTÓDIA GONÇALVES, irmã do Cap. Diogo Gonçalves Penedo. Foi bandeirante no extremo sul do Brasil. Entre seus filhos, o CAP. MOR FRANCISCO DIAS VELHO, n. em 1622, homem de posses (com oitenta administrados do gentio) juiz ordinário e de órfãos em S. Paulo, em 1668, e o instituidor da matriz de Nossa Senhora do Desterro, na ilha de Santa Catarina, em 1679.
- 2 (III)- PAULA GOMES C. em 1606 c. ANDRÉ MACIEL. Faleceu sem testamento e foi inventariada em S. Paulo em 1614. Serviu como curador de seus filhos, em ausência do viúvo, o cunhado Gonçalo Madeira (juiz ordinário em 1598).
- 3 (III)- FELICIANA DIAS C. por 1609 c. SEBASTIÃO GIL, cunhado e vizinho de Paula Gomes e o depositário de seus bens em 1614 (anos depois foi juiz ordinário em Taubaté).

Teve do 2º matrimônio:

- 4 (III)- PÁSCOA DO AMARAL, n. pouco depois de 1591, C.c. PAULO DA COSTA – segue.
- 5 (III)- ISABEL GOMES, n. antes de 1600, já era C. em 1614 c. FRANCISCO DA COSTA, ambos mencionados nesse ano pelo escrivão Belchior da Costa como vizinhos e parentes de Paula Gomes (INV. E TEST., III, 363).
- 6 (III)- N..... C. creio depois de 1614 c. GERALDO DA SILVA, n. em 1589, morador em S. Paulo onde exerceu os cargos de alcaide em 1624, almotacel em 1634 e procurador do concelho em 1633, 1640 e 1650 (ACCSP, III, 72, IV, 150 e 201, e V, 8, 415).

Era o procurador Geraldo da Silva parente em “2º grau” de Paulo do Amaral que, em razão desse parentesco, não pode servir em 1633 o cargo de vereador de barrete (ACCSP, IV, 151). Procedia o impedimento por via das mulheres dos dois camaristas (RGCSP, I, 479).

Se estiver correta a declaração do parentesco, em 2º grau por afinidade, de Paulo do Amaral com Geraldo da Silva (creio em 2º grau misto ao 3º) a mulher de Paulo do Amaral seria bisneta de Pedro Gomes e de s/m. Isabel Afonso. Gaspar Afonso e s/m. Madalena Afonso foram os avós maternos de Madalena Vidal, mulher do Cap. Paulo do Amaral.

- III- PÁSCOA DO AMARAL, n. depois de 1591, C. cerca de 1609 c. PAULO DA COSTA, filho de Frutuoso da Costa, de Portugal, e de s/m. Beatriz Camacho, esta, casada a 2ª vez com Belchior da Veiga, filho de Belchior da Costa da Veiga, de Portugal, e de s/m. Estácia Antunes (irmã do Cap. Manuel Antunes, preposto do donatário da Capitania de Itanhaém). Serviu Paulo da Costa na câmara o cargo de almotacel em 1618 e 1627.

Faleceu com testamento em 1662. Fez disposições pias e determinou sepultamento em jazigo próprio, na igreja de Nossa Senhora do Carmo, amortalhado seu corpo em hábito dos irmãos da respectiva Ordem; dispôs vinte missas por sua alma. Num rol de devedores, apenso ao inventário, vem mencionados os herdeiros de seu irmão Antônio da Costa, o genro Manuel Fernandes de Morais, o neto Paulo Nunes, Paulo do Amaral e outras pessoas. Sua mulher lhe sobreviveu.

Tiveram dez filhos, todos mencionados por Silva Leme.

Nº 7

§ 1º

- I- MARIA AFONSO, n. creio por 1550, C. cerca de 1566 c. MARCOS FERNANDES, o velho, ambos declarados povoadores da Capitania nas cartas de datas de seus descendentes. Devia ser Marcos Fernandes viúvo de um primeiro casamento, do qual teve, ao menos, o filho Marcos Fernandes, o moço, n. cerca de 1553, já em maioridade e com administrados do gentio em 1578, como se vê pela ata da câmara de 3 de janeiro de 1579. Nesse dia, os moradores de S. Paulo, Pedro Dias, Domingos Luís, o carvoeiro, Manuel Fernandes, genro de Lopo Dias, Antônio Gonçalves, Baltazar Gonçalves, Marcos Fernandes, o moço, e Domingos Fernandes, por não

mandarem peças ao conserto de uma ponte, foram multados em 1\$400 (ACCSP, I, 126 e 133).

Na câmara, assinou Marcos Fernandes, o velho, termos de ajuntamentos em 1576 e 1578 (id., 107 e 124). Devido a perda da metade das atas da câmara entre os anos de 1554 e 1599, ignoram-se os cargos que teriam exercido Marcos Fernandes e outras pessoas nesses anos.

Possuiu com diversos criadores algumas cabeças de gado em S. Paulo (id., 124 e 125).

Em 1579, vindo de uma viagem a regiões do norte, trouxe da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho traslado da sentença de degredo de um português, documento que entregou à câmara, a pedido de seu cunhado Gaspar Afonso, procurador do concelho (id., 134). Esse português havia servido em S. Paulo, com provisão do ouvidor, Cap. Mor Jerônimo Leitão, os cargos de escrivão da câmara e tabelião de notas nos anos de 1573 a 1576 (ACCSP, I, 58 a 110).

Os autores mencionam Marcos Fernandes, o velho, como irmão de Mécia Fernandes, mulher de Salvador Pires, o que não parece possível, cronologicamente.

Nasceu Mécia Fernandes creio depois de 1560 e C. por 1580 c. Salvador Pires (juiz ordinário em 1573); tiveram sete ou mais filhos, entre os quais o Coronel Salvador Pires de Medeiros (juiz ordinário em 1611 e 1620) e João Pires (C.c. Mécia Rodrigues) benemérito cidadão de S. Paulo, cognominado “o *Protetor dos Jesuítas*”, pessoas com referência de muito nobres, em 1668 (INV. E TEST., XVII, 137).

Marcos Fernandes poderia ser parente de Bartolomeu Fernandes (Cabral) C.c. Ana Rodrigues, vizinho em 1583 de Marcos Fernandes, o moço (“*Cartas de Datas*”, I, 27). Faleceu em 1582, deixando os filhos do 2º matrimônio em menoridade, que tiveram como curador Baltazar Gonçalves, o velho (INV. E TEST., IV, 455). Obteve a viúva Maria Afonso chãos, em 1583, junto a uma irmã, e em 1592, concedidos pela câmara (“*Cartas de Datas*”, I, 25 e 49). Antes desse ano, havia comprado do Cap. Domingos Luís Grou cinquenta braças e meia de chãos, cercando-os com taipa de pilão nas quatro faces (DAESP). Já era falecida em 1599 (id., 134). Pais de, nascidos entre os anos de 1567 e 1582:

- 1 (II)- ISABEL GONÇALVES, n. por 1567, C. em 1583 c. JOÃO MESSER GIGANTE, estabelecido na Capitania de S. Vicente pouco antes dessa data (RGCSP, I, 2).
- 2 (II)- CAP. SIMÃO ÁLVARES MARTINS C.c. MARIA LUÍS GROU – segue.
- 3 (II)- PEDRO ÁLVARES C.c ANA FAREL - § 2º

- 4 (II)- MARIA AFONSO C. antes de 1600 c. SEBASTIÃO FERNANDES CAMACHO, o velho, juiz ordinário em S. Paulo em 1628 e 1643, sobrinho de Ana Camacho, mulher de Domingos Luís, o carvoeiro (título Camachos).
- 5 (II)- FRANCISCA ÁLVARES MARTINS, n. por 1578, recebeu escritura de dote e C. em 1594 c. ANTÔNIO DEL ZORO, n. em 1561 (INV. E TEST., I, 367) almotacel em 1594, etc.; C. 2ª vez cerca de 1604 c. HENRY BAREWEL, natural da Inglaterra, vindo para a Capitania em 1591, segundo os autores; C. 3ª vez antes de 1610 c. SIMÃO JORGE VELHO, filho de Simão Jorge e de s/m. Agostinha Rodrigues, esta irmã de Isabel Rodrigues, mulher de Antônio Bicudo, o velho, dos Açores (S.L., título Jorges Velhos). São avós do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista.
- Antônio del Zoro não teria parentesco com Manuel Fernandes Ozouro, n. no Rio de Janeiro em 1570, filho de Manuel Fernandes Ozouro e de s/m. Margarida Antunes. Casou Manuel Fernandes Ozouro (depois Zouro) com Juliana de Oliveira, viúva de Pedro Colaço, e deixou descendência nas Capitânicas de S. Paulo e Rio de Janeiro.
- 6 (II)- CATARINA ÁLVARES, n. creio em 1581, C.c. JOÃO MORZILHO, de Portugal, e a 2ª vez cerca de 1619 c. João Gomes Sardinha, do Rio de Janeiro - § 3º

- II-** CAP. SIMÃO ÁLVARES MARTINS C. antes de 1598 c. MARIA LUÍS GROU, filha do Cap. Domingos Luís Grou e de s/m. Maria da Peña (n. cerca de 1540) por esta, neta de Antônio da Peña e de s/m. Francisca de Góis, povoadores da Capitania. Foi da governança de S. Paulo de 1600 em diante, servindo nesse ano o cargo de almotacel. Figurou na eleição dos oficiais da câmara em 1620 (RGCSP, VII, 167) e na de 23 de junho de 1624 para juiz ordinário de barrete e vereador. Em 1627 exerceu o cargo de juiz ordinário do pelouro (ACCSP, II, 80 e III, 115 e 255). Comandou em 1610 uma entrada no sertão do Caeté apresando índios tememinós (Carvalho Franco) e em 1619 transferiu a seu cunhado Calisto da Mota nove administrados dessa entrada, que se encontravam em poder do falecido Henrique da Costa (INV. E TEST., IV, 122 etc.).

Havia matriculado na câmara, em 1615, vinte e três administrados do gentio carijó (RGCSP, VII, 126). Como responsável pelos seus negros pombeiros, esteve envolvido com oito pessoas na devassa instaurada em S. Paulo, em 1623, sobre a morte do cacique Timacaúna (RIHGSP, XLIV, 294).

Em 1628, com filhos e parentes, foi um dos principais capitães da grande bandeira dirigida contra as reduções jesuíticas do Guairá, sob o comando do Cap. Mor Antônio Raposo Tavares e do Mestre de Campo Manuel Preto.

Na aldeia de San Antônio, foi o capitão da bandeira que venceu um cacique com cerca de dois mil índios, todos catecúmenos do Padre Pedro Mola e de outros sacerdotes, virtuosos missionários da Ordem Jesuítica, fato levado logo ao conhecimento do Provincial da Ordem e do Imperador D. Felipe III. No período da Dinastia Filipina (1580-1640) tiveram os bandeirantes autorização dos governadores para penetrar as terras incultas do interior do Continente mas deviam respeitar as terras do Imperador (Manuscritos de Angelis, BNRJ).

O Cap. Simão Álvares Martins vinha a ser primo de Custódia Lourenço, casada primeiro com Henrique da Costa e depois com Calisto da Mota, governador da Capitania de Itanhaém em 1639 (ACCSP, V, 167).

Eram também parentes o Cap. Mor Calisto da Mota e D. Vitória de Sá, mulher de D. Luís de Cespedes Xeria, governador do Paraguai (Manuscritos de Angelis).

Faleceu o Cap. Simão Álvares em 1636 (INV. E TEST., II, 465) e foi inventariado em S. Paulo (inventário inexistente no acervo da DAESP). Sua mulher faleceu com testamento, aberto nessa cidade a 20 de setembro de 1643; fez disposições pias e determinou ser sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, como irmã da respectiva Ordem, tendo o acompanhamento do vigário e dos religiosos da Ordem, com as confrarias da Misericórdia, de Nossa Senhora do Rosário, das Almas e do apóstolo S. Paulo. Por sua alma celebraram-se trinta e cinco missas.

Deixou sítio em Quitaúna e cerca de oitenta administrados do gentio (INV. E TEST., XIV, 229).

Tiveram nove filhos:

- 1 (III)- SIMÃO ÁLVARES, o moço, n. por 1598, segue.
- 2 (III)- ANTÔNIO ÁLVARES GROU C. cerca de 1627 c.
Faleceu no sertão deixando quatro filhos, herdeiros em 1643 no inventário da avó Maria Luís Grou.
- 3 (III)- DIOGO ÁLVARES C. cerca de 1630 c. MARIA CARDOSO, filha do Cap. Pedro Madeira e de s/m. Violante Cardoso. Já era falecido em 1643, sendo seus três filhos herdeiros no inventário da avó.
- 4 (III)- MATEUS ÁLVARES GROU C.c. MARIA DE PINHA.
- 5 (III)- MARIA LUÍS GROU (DONA MARIA) C.c. CAP. FREDERICO DE MELO COUTINHO e 2ª vez com João Barreto. Deixou por seu faleci-

mento, em 1642, cento e sessenta e oito administrados do gentio (INV. E TEST., XXVIII, 191).

- 6 (III)- HILÁRIA LUÍS GROU C. a de abril de 1632 c. JOÃO GOMES DE MENDONÇA.
- 7 (III)- LUZIA ÁLVARES C.c. ANTÔNIO COELHO DE ABREU, n. em 1599 (?) (SL, IV, 422).
- 8 (III)- INÁCIA ÁLVARES C.c. SIMÃO BORGES DE CERQUEIRA, o moço.
- 9 (III)- ANA LUÍS GROU C. a de fevereiro de 1635 c. ANTÔNIO PIRES DE MEDEIROS.

- III- SIMÃO ÁLVARES, o moço, C. por 1623 c. GRÁCIA DE ABREU, filha do Cap. Francisco Vaz Coelho, natural de Portugal (juiz ordinário nas vilas de S. Paulo e Mogi das Cruzes em 1604 e 1615) e de s/m. Isabel de Almeida de Proença, esta, neta do Cap. Mor Antônio Rodrigues de Almeida, governador da Capitania de Santo Amaro e cavaleiro fidalgo da Casa Real.

Faleceu antes de 1640 e a viúva casou alguns anos depois com o Ajudante João Martins Esturiano (SL, IV, 426).

Faleceu Grácia de Abreu na paragem de Juquerí a 4 de janeiro de 1660, com testamento, em que fez disposições pias, sendo aberto o inventário em Parnaíba.

Declararam-se entre os bens: um sítio com casas de telha, casas de taipa de mão em Parnaíba e cerca de cinqüenta administrados do gentio, somando o monte avaliado 885\$050. Foi Simão Álvares, o moço, confundido pelos autores com o Alferes Simão Álvares (3) falecido com testamento em 1667, casado com Ângela Rodrigues, n. em 1610 (em “Gonçalves”, povoadores da Capitania). Pais de:

- 1 (IV)- MARIA DE ABREU, n. por 1625, C. antes de 1643 c. ANTÔNIO PEREIRA RIBEIRO, natural da Ilha da Madeira, e 2ª vez antes de 1659 c. André Rodrigues de Matos.
- 2 (IV)- ISABEL COELHO (DE PROENÇA) n. por 1628, C.c. PEDRO DE ARAÚJO (S.L., V, 422 e VII, 436).

§ 2º

- II- PEDRO ÁLVARES (MARTINS) (filho de Maria Afonso do § 1º nº I) C. por 1594 c. ANA FAREL, filha de Francisco Farel, vindo para S. Vicente em 1573, e de s/m. Beatriz Camacho (INV. E TEST., X, 162).

Considerado “o moço”, serviu o cargo de almotacel em 1598, em distinção de Pedro Álvares, o velho (Pedro Álvares Cabral) membro da câmara de S. Paulo desde 1585 e juiz ordinário em 1588 e 1592.

Faleceu com testamento, escrito a 3 de fevereiro de 1609, sendo aberto o inventário a 1º de junho (INV. E TEST., II, 381). Um dos curadores dos órfãos, Francisco Rodrigues Sarzedas (português) nomeado a 21 de setembro do mesmo ano, havia casado com Isabel Pedroso, filha de Pedro Álvares Cabral, fato que indica próximo parentesco de Pedro Álvares, o moço, com essas pessoas (id., 405).

Pedro Álvares Cabral, nascido nos Açores, antes de vir para o Brasil fora soldado em Angola e nesse território teria servido interinamente na governança, em ausência de uma autoridade trienal (DAESP).

Fez Pedro Álvares no testamento disposições pias ao Santíssimo Sacramento e a Nossa Senhora do Carmo e do Rosário e determinou sepultura na capela da Santa Casa de Misericórdia, como membro dessa instituição. Rezaram-se sete missas em sufrágio de sua alma.

Referiu-se ao irmão Simão Álvares, ausente, aos sobrinhos, seus tutelados, filhos do falecido João Messer Gigante, e ao cunhado Domingos Dias, nomeado testamenteiro.

Escreveu o testamento Matias de Oliveira que, num assinado de dívida do testador a 25 de abril de 1602, foi dito “*seu cunhado*” (id., 445).

Entre os bens do casal, avaliaram-se um sítio em Quitaúna e casas de taipa de pilão na vila de S. Paulo, somando o monte mor 367\$570 (id., 417).

Casou a viúva em 1610 com Pascoal Monteiro e ainda residia em S. Paulo em 1623 (id., 407 e 455).

A 6 de julho de 1626, nas pousadas de Francisco Farel, em Angra dos Reis, Ana Farel, “*dona viúva*”, constituiu procuradores em S. Paulo, para legalizar o recebimento da legítima de seu filho Marcos Fernandes (id., 472).

Pais de:

- 1 (III)- MARCOS FERNANDES, n. por 1595, faleceu solteiro antes de 1633 em S. Tomé, na África, deixando herdeira sua mãe (INV. E TEST., II, 461 e 467).
- 2 (III)- PEDRO ÁLVARES, n. por 1596, morava na cidade do Salvador, Bahia, no forte do R..... . A 24 de dezembro de 1636, nessa cidade, passou procuração a seu irmão João Álvares Farel para a

cobrança de dívidas de dinheiro a ganhos e outros bens no inventário paterno em S. Paulo (id., 469).

- 3 (III)- JOÃO ÁLVARES FAREL, n. por 1598, morava em Salvador com seu irmão Pedro Álvares. A 12 de junho de 1638, em S. Paulo, compareceu em cartório para cobrar os bens do dito inventário (id., 474 e 477).
- 4 (III)- FRANCISCO ÁLVARES, n. por 1599, deu quitação em 6 de julho de 1624 a seu tio e curador, Simão Álvares, do dinheiro da legítima paterna (id., 460). Creio que morava em Angra dos Reis em 1626 (id., 472).

§ 3º

- II-** CATARINA ÁLVARES, n. cerca de 1581, C. antes de 1600 c. JOÃO MORZILLO, natural de Portugal e morador na vila de S. Paulo. Segundo os autores, foi João Morzillo sertanista que esteve na entrada do Cap. Nicolau Barreto ao Guairá, em 1602 e que em 1613 seguiu na bandeira do Cap. André Fernandes, com cerca de trinta portugueses, para o sertão do rio Paraupava, em Goiás, onde faleceu. Conforme seu inventário feito pelo capitão mor no Paraupava, a 22 de fevereiro de 1615, arrolaram-se nove ou mais administrados do gentio que foram entregues a João Messer Gigante (INV. E TEST., XXXI, 13).

Casou a viúva antes de 1620 com JOÃO GOMES SARDINHA, passando a residir no Rio de Janeiro. Seria este último o viúvo de Maria Freire, pais do Cap. Mor João (Gomes) Sardinha, n. por 1587, todas essas pessoas mencionadas por Carlos Rheingantz (PFRJ, II, 274). Faleceu Catarina Álvares creio antes de 1639. Teve do 1º matrimônio cinco filhos:

- 1 (III)- MARCOS FERNANDES, n. por 1600, foi referido em 163... no testamento de seu cunhado Sebastião Gonçalves.
- 2 (III)- JOÃO, segundo Silva Leme.
- 3 (III)- ISABEL MORZILLO C.c. JOÃO RODRIGUES (idem).
- 4 (III)- ANA MORZILLO, n. antes de 1613, C. na Sé a de novembro de 1632 c. FRANCISCO RODRIGUES DÓRIA, filho de Domingos Rodrigues Marinho (n. em Portugal por 1570) e de s/m. Maria Dória (de Ravasco).
- 5 (III)- MARIA MORZILLO C.c. SEBASTIÃO GONÇALVES – segue.

Teve do 2º matrimônio:

6 (III)- LUÍS, batizado na Sé do Rio de Janeiro a 6 de abril de 1621, conforme escreveu Rheingantz. Sua mãe tinha nesse ano cerca de quarenta anos de idade.

III- MARIA MORZILLO, n. por 1610, C. em S. Paulo em 1627 c. SEBASTIÃO GONÇALVES, morador na freguesia de Juqueri.

Segundo os autores, Sebastião Gonçalves, em 1640, foi membro da bandeira do Cap. Mor Jerônimo Pedroso de Barros, dirigida ao Sul, composta de quatrocentos brancos e de um grande número de administrados do gentio e mamelucos. Faleceu a 9 de setembro de 1641, de uma flechada, durante o desbravamento do sertão dos guaianazes, no Rio Grande.

A 26 de setembro de 163..., antes de seguir para o sul, escreveu seu testamento e dispôs nove missas a Nossa Senhora, a Santo Antônio e a Santa Luzia (INV. E TEST., XI, 497).

Casou a viúva na Sé a de junho de 1643 c. GASPARE DE OLIVEIRA SANDE, filho de Manuel Rodrigues Góis e de s.m. Maria de Oliveira Lobo, e faleceu em data não conhecida.

Teve do 1º matrimônio cinco filhos:

1 (IV)- CATARINA GONÇALVES, n. em 1628, C. na Sé a ... de agosto de 1643 c. SEBASTIÃO MARTINS, filho de Sebastião Martins e de s/m. Luzia Nogueira, moradores na Capitania do Espírito Santo; neto materno de Bartolomeu Gonçalves, morador na dita Capitania e depois em S. Paulo, onde foi juiz ordinário em 1620, e de sua 2ª mulher Bárbara Nogueira; c. geração.

2 (IV)- MANUEL, n. em 1630.

3 (IV)- SALVADOR GONÇALVES MORZILLO, n. em 1631.

4 (IV)- BARTOLOMEU, n. em 1634.

5 (IV)- DOMINGOS GONÇALVES MORZILLO, n. em S. Paulo em 1633, passou a residir na vila de S. Vicente em 1652. A 21 de abril de 1687, com 54 anos de idade, casado, depôs nessa vila como testemunha no processo de *genere et moribus* de Pedro de Godói Moreira, filho do Cap. João de Godói Moreira e de s/m. Eufêmia da Costa (ACMSP).

Deve ser esse paulista o avô paterno de Domingos Gonçalves da Cunha (Murzillo) n. em 1691, que justificou em Santos em 1717 sua condição de cristão velho e de legítimo trineito de João Morzillo, de Portugal, e de s/m. Catarina Álvares, esta, parenta dos Baruéis, de S. Paulo (SL, VII, 472).

Nº 8

- I-** N...AFONSO, n. em Portugal ou na Capitania, creio entre os anos de 1540 e 1550, poderia ser uma das pessoas já relacionadas no início deste título. Em documentos do século seguinte, figura uma neta sua, Custódia Lourenço, como parenta de 2º ao 4º grau por consangüinidade dos descendentes de Maria Afonso e Isabel Afonso, a velha. Eram estas últimas forçosamente irmãs de N... Afonso, para termos a confirmação dos parentescos expressos nos referidos documentos (v. adiante).

De seu casamento houve um ou mais filhos:

- II-** N... AFONSO C. por 1590 c. JOÃO LOURENÇO, creio nascido em Portugal, que, a 5 de dezembro de 1593 em S. Paulo, assinou com os camaristas e quarenta e três moradores um requerimento dirigido pela câmara ao governador Jorge Correia, pedindo-lhe providências contra o gentio revoltoso de Mogi (ACCSP, I, 478). João Lourenço e sua mulher já seriam falecidos pouco depois de 1600.

Tiveram ao menos:

- 1 (III)- CUSTÓDIA LOURENÇO C.c. HENRIQUE DA COSTA – segue.
- 2 (III)- FRANCISCO LOURENÇO, n. cerca de 1595, C.c. MARIA RIBEIRO DE ALVARENGA (SL, V, 396).
- 3 (III)- (?) AMADOR LOURENÇO C. creio antes de 1618 c. MARIA DA CUNHA, filha de Henrique da Cunha Gago (n. em 1560) e de s. 2ª mulher Catarina de Unhate. Serviu o cargo de almotacel em 1618 (II, 396). Faleceu Maria da Cunha em 1667, viúva, e foi inventariada em S. Paulo; c.geração.

- III-** CUSTÓDIA LOURENÇO, n. por 1592, C. em 1608 c. HENRIQUE DA COSTA, n. por 1573 (irmão de Antônio Rodrigues Pais e de Maria Rodrigues) filho de Domingos Rodrigues e de s/m. Isabel Pais, esta falecida viúva e inventariada em 1616.

Em 1609, os moradores Henrique da Costa e Baltazar Gonçalves, o moço, foram denunciados na câmara de S. Paulo de serem os portugueses que apresavam carijós no Atuahi, de cuja ação tiveram que desistir perante o alcaide Francisco Leão e Baltazar Gonçalves, o velho.

Faleceu Henrique da Costa em 1616, sendo inventariado nessa vila. Fez testamento em que determinou sepultura na igreja matriz, com o acompanhamento do vigário e dos padres do Carmo, e por sua alma dispôs um ofício e onze missas sob várias devoções.

Arrolaram-se no inventário sítio e casa em Ibirapuera, sesmaria de meia légua rio abaixo do Anhembí, para a banda de Birassoiaaba, e cerca de quarenta administrados do gentio, mencionados no testamento.

Casou a viúva c. CALISTO DA MOTA, n. em 1591, que exerceu os cargos de escrivão da ouvidoria, juiz ordinário em S. Paulo e governador da Capitania de Itanhaém em 1639, filho de Atanásio da Mota e de s/m. Luzia Machado; n.p. do Cap. Vasco Pires da Mota e de s/m. Felipa Gomes da Costa; n.m. de Simão Machado (escrivão da fazenda, alfândega e ouvidoria) e de s/m. Maria da Costa; bisneto, pelo avô paterno, do Dr. Anacleto Vaz da Mota e de s/m. Felipa de Sá e, pela avó, de Estevão da Costa e de s/m. Isabel Lopes de Sousa, “*todos pessoas nobres e fidalgas*” (título Motas).

Custódia Lourenço vinha a ser prima do Cap. Simão Álvares Martins (INV. E TEST., IV, 122 e 154) filho de Marcos Fernandes, o velho, e de s/m. Maria Afonso, esta, irmã de um de seus avós (2º grau desigual).

O Cap. Calisto da Mota, em 1643, tinha parentesco muito chegado, dentro do 2º grau (2º grau misto ao 3º por afinidade) com o juiz ordinário Sebastião Fernandes Camacho, casado com Maria Afonso, irmã do referido Cap. Simão Álvares Martins (ACCSP, V, 167).

Em 1651, na câmara de S. Paulo, foram declarados parentes o Cap. Calisto da Mota e o vereador Francisco Furtado “*em trezeiro e quarto grau*” (de afinidade). Na ata publicada saiu transcrito esse parentesco, por erro paleográfico, “*entre seis e quarto grau*” (ACCSP, V, 476).

Francisco Furtado era filho de Leonel Furtado (da governança) e de s/m. Grácia Mendes; n.p. de Simão Furtado e de s/m. Catarina Luís, esta falecida em S. Paulo em 1636 (ACCSP, IV, 291); n.m. de André Mendes e de s/m. Isabel Afonso, a moça (n. creio em 1557) e por esta, bisneta de Isabel Afonso, a velha (n. por 1540) irmã de Maria Afonso e de um dos avós de Custódia Lourenço, do que resultou o parentesco acima declarado, em 3º grau misto ao 4º.

Faleceu o Cap. Calisto da Mota depois de 1651 (RGCSP, II, 241) e s/m. Custódia Lourenço em data ignorada; não foram localizados seus inventários ou testamentos. Teve do 1º matrimônio um filho:

1 (IV)- MIGUEL DA COSTA, n. em 1609, teve como tutor seu tio Antônio Rodrigues Pais. Em 1624 vivia com o padraсто Calisto da Mota, que o mantinha na escola, dispensando-lhe bom tratamento. Foi herdeiro da terça de seu pai.

Teve do 2º matrimônio, ao menos:

- 2 (IV)- ANACLETO DA MOTA, n. depois de 1616, que recebeu o nome de seu trisavô Dr. Anacleto Vaz da Mota (“Cartas de Datas”, II, 131).
- 3 (IV)- (?) CUSTÓDIA LOURENÇO DA COSTA, filha ou neta, C.c. FRANCISCO VELOSO. Receberam “*por promessa de dote de casamento*” do Cap. Calisto da Mota uma sorte de terras, que venderam, creio antes de 1654, ao Cap. Domingos de Oliveira Leitão (Ordem do Carmo, ANRJ). Parece que ainda vivia em 1702 (em S. Paulo ou Taubaté) no estado de viúva; c. geração (AHMFG).

Nº 9

- I- MADALENA AFONSO, n. por 1560, C. em São Vicente por 1576 c. GASPAR AFONSO, falecido em 1582 (nº 3).

Casou 2ª vez em S. Paulo, em 1583, c. AFONSO DIAS, cunhado de Gonçalo Fernandes (ACCSP, I, 215) e referido em 1588 como “*morador velho e antigo*” da Vila ou Capitania (Cartas de Datas, I, 47).

Exerceu na câmara de S. Paulo os cargos de procurador do concelho em 1585, 1586 e 1587, vereador em 1591, almotacel em 1590 e 1592 (ACCSP, I, 257-443) e foi nomeado meirinho do campo em 1590, 1592 e 1594 (RGCSP, I, 29,55 e 70).

Conforme requerimento, obteve da câmara, em 1583, uma data de chãos, limitando com a casa que possuía na vila sua mulher, a “órfã” Madalena Afonso (Cartas de Datas, I, 31).

Em 1588, justificando ser casado, com filhos e filhas, e ter ajudado a defender e sustentar a Capitania, recebeu da câmara outra data de terras de cento e... braças craveiras, para lavouras e gados (id., 47).

Segundo os autores, seguiu como sertanista nas expedições do Cap. Mor Jerônimo Leitão a Paranaguá, em 1585, e ao vale do Tiete, em 1590, dirigidas contra os gentios carijó e tupi.

Por morte de Madalena Afonso, ocorrida cerca de 1589, herdou com seus enteados terras situadas em Urubuapira, além do rio Anhemi. Casou o viúvo pouco depois c. Francisca Cubas, n. por 1570 (pais de Ascenso Dias de Macedo, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1646 e 1658).

A 1º de julho de 1602, vendeu a Antônio Pereira as referidas terras de Urubuapira, obrigando-se a satisfazer a parte dos enteados e filhos, segundo a escritura lavrada em S. Paulo pelo tabelião Antônio Rodri-

gues (INV. E TEST., X, 173). Afonso Dias e sua 2ª mulher já eram falecidos em 1622 (referência em INV. E TEST., V, 471) não existindo seus inventários no acervo da DAESP.

Teve Madalena Afonso do 2º casamento, ao menos:

- 1 (II)- PASCOAL DIAS, n. em 1586 – segue.
- 2 (II)- MARGARIDA AFONSO, n. por 1584, C.c. ANTÔNIO DA COSTA.
- 3 (II)- ISABEL DIAS, n. por 1588, C. cerca de 1611 c. BALTAZAR NUNES.

- II-** PASCOAL DIAS, n. em 1586, C. em S. Paulo cerca de 1607 c. FILIPA RODRIGUES, n. por 1591, filha de Francisco Rodrigues Barbeiro, creio nascido em Portugal, que recebeu uma data de terras em 1588 (“*morador nesta villa de S. Paulo e nella*” tem servido “*com sua pessoa*” e fazenda nas ocasiões “*em que o senhor capitão o*” tem mandado em serviço “*desta capitania*”) e de s/m. Esperança Camacho, n. por 1565 e falecida com testamento e disposições em 1623 (DAESP).

Ingressou na governança, sendo nomeado almotacel em 1608 (ACCSP, II, 216). De 1622 a 1633 serviu como tutor de três sobrinhos, filhos de seu irmão Antônio Cubas de Macedo (INV. E TEST., V, 469).

A 3 de dezembro de 1633, em S. Paulo, perante o juiz ordinário, depôs num auto, com João Maciel, sobre o percurso do caminho entre Santo André e S. Paulo, a requerimento dos padres do Carmo. Foram declarados os depoentes “*pessoas antigas*” dessa vila (RIHGSP, XLIV, 257). No mesmo ano, exerceu o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia (INV. E TEST., XXXI, 149).

Em 1638, no inventário de Juzarte Lopes, avaliou “*como pessoa que o entende*” as casas do falecido (INV. E TEST., IX, 498).

Chamado Pascoal Dias, o velho, foi nomeado almotacel em 1648 e, pelas eleições do pelouro, exerceu o cargo de vereador em 1654. Nas atas de janeiro desse ano, figurou como parente muito chegado, em 3º grau, dos demais vereadores eleitos, Manuel Preto e Domingos Leme que, de conformidade com as leis da câmara, foram excluídos do cargo (ACCSP, VI, 77 a 79). O parentesco com Manuel Preto seria pelo costado dos Dias e Afonsos e com Domingos Leme, pelo costado dos Camachos (por via das mulheres).

No mesmo ano (como cristão velho) foi qualificado testemunha no processo de habilitação de “*genere et moribus*” do Padre Pedro Varejão de Magalhães, tendo declarado, no termo de qualificação, ser sua mulher Filipa Rodrigues parenta em 2º grau do habilitando (2º grau misto ao 4º por consangüinidade). Eram irmãos: Paula Camacho, bisavó do habilitan-

do, a mencionada Esperança Camacho e Antônio Camacho, sesmeiro e pessoa da governança de S. Paulo (título Camachos).

Pascoal Dias e s/m. já eram falecidos em 1660 (AHMFG).

Tiveram dez filhos, casados em S. Paulo:

- 1 (III)- MARIA AFONSO C. em 1630 c. ANTÔNIO DE SIQUEIRA; c. geração.
- 2 (III)- MADALENA AFONSO, n. por 1610, não mencionada pelos autores.
- 3 (III)- PASCOAL DIAS RODRIGUES C. a 3 de agosto de 1637 c. MARGARIDA RODRIGUES ANTUNES, filha de Manuel Antunes e de s/m. Inocência Rodrigues; n.p. de Gaspar Fernandes, natural de Portugal, e de s/m. Domingas Antunes (irmã do Cap. Mor Manuel Preto) n.m. (conforme creio) do Cap. Francisco Rodrigues Velho e de s/m. Brígida Machado (título Colaços).

Exerceu o cargo de juiz ordinário e de órfãos em Jundiá em 1667 (Mazzuia, Mário. “Jundiá Através de Documentos”); c.geração.

- 4 (III)- AFONSO DIAS C. a 24 de fevereiro de 1642 c. ANTÔNIA DE PAIVA, filha de Pedro de Oliveira e de s/m. Francisca Cordeiro. Faleceu com testamento no sertão e foi inventariado em S. Paulo em 1649. Menciona no testamento seu irmão Pascoal Dias Rodrigues, seu tio Rafael de Oliveira e outras pessoas; c.geração.
- 5 (III)- ISABEL AFONSO C.c. o CAP. BALTAZAR CORREIA – segue.
- 6 (III)- FELIPA RODRIGUES C. a 13 de fevereiro de 1640 c. LUÍS DE ANDRADE DO AMARAL, filho de Diogo de Andrade Peçanha (ou da Cunha) e de s/m. Maria de Sampaio, moradores na cidade de Viçeu, Portugal; c. geração.
- 7 (III)- FRANCISCA RODRIGUES C. a 19 de abril de 1641 c. DIOGO CATANHO TORRES, filho de Diogo Catanho Torres (creio nascido em 1570) e de s/m. Susana Adorno (RIHGSP, XLIV, 273).

Segundo um processo datado de 1652, Diogo Catanho Torres (o velho) teve chãos em Santos, que mais tarde foram adquiridos pela Santa Casa de Misericórdia do último possuidor. Esses chãos haviam pertencido a várias pessoas: José Adorno, Diogo Ramires, Fernão Gomes, Jerônimo Ortega, Diogo Catanho Torres e outros (id., 277). Poderia ser Susana Adorno neta do Cap. José Adorno e de s/m. Snra. Catarina Monteiro (de Aguilar).

- 8 (III)- CATARINA DIAS C. a 26 de abril de 1638 c. MANUEL PIRES DE BRITO, filho de Domingos Pires e de s/m. Isabel de Brito; c. geração.

- 9 (III)- JOSÉ DIAS.
 10 (III)-, C.c. FRANCISCO DA CUNHA LOBO.

III- ISABEL AFONSO, n. por 1616, C. em junho ou julho de 1634 c. o CAP. BALTAZAR CORREIA, n. em Mogi das Cruzes por 1608, filho do Cap. Francisco Álvares Correia (juiz ordinário nessa vila em 1639) e de s. 1ª m. Margarida Gonçalves, por esta, neto de Baltazar Gonçalves, o velho, membro da governança de S. Paulo, e de s/m. Maria Alves (em “Gonçalves”, povoadores da Capitania).

Declarou o Cap. Baltazar Correia, nos requerimentos de sesmarias dirigidos aos capitães mores, ser filho e neto de povoadores que sempre serviram com sua pessoa e bens, nas ocasiões de inimigos, ao governo da Capitania (“Sesm.”, I, 294 e 474). Em petição conjunta com Antônio de Alvarenga e Simão Machado, obteve do Cap. Mor Vasco da Mota, a 14 de março de 1639, duas sesmarias situadas no lugar chamado “Iuna” (por erro transcrito Pina na carta publicada) “*da banda da povoação nova que é para a banda do mar correndo o rumo de sueste*”. Essa “povoação nova” era a povoação de S. Francisco das Chagas de Taubaté, estabelecida em 1636 e elevada à vila por provisão de 5 de dezembro de 1645.

Faleceu Isabel Afonso com testamento (aprovado em casa de seu pai Pascoal Dias) e foi inventariada em S. Paulo em 1641. Determinou ser sepultada na igreja de Nossa Senhora do Carmo, como irmã da Ordem, e por sua alma dispôs cinqüenta missas. Foram nomeados testamenteiros o viúvo e o pai da testadora. No inventário declararam-se terras em Tremembé (termo da vila de S. Paulo) recebidas em dote de casamento, casa de taipa na vila e trinta e quatro administrados do gentio. Parece que não houve menção às sesmarias (ou folha do processo se perdeu).

Teria casado o viúvo pouco depois de 1641 c. INÊS GOMES, filha de Manuel Gomes e de s. 1ª m. Maria Vilela, moradores em Mogi das Cruzes.

Exerceu o Cap. Baltazar Correia nessa vila o cargo de juiz ordinário e de órfãos em 1646 (DAESP).

Pais de (Título Álvares Correias):

- 1 (IV)- MARGARIDA, n. em 1635.
 2 (IV)- CAP. SALVADOR CORREIA, n. em 1636, C. por 1660 c. HELENA DA SILVA, n. em 1642, filha de André Bernardes e de s/m. Domingas Ribeiro, esta irmã do Cap. João do Prado Martins, juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1651 (AHMFG) c. geração.
 3 (IV)- MARIA, n. em 1637.
 4 (IV)- ISABEL, n. em 1638.

- 5 (IV)- FRANCISCA CORREIA MOREIRA, n. em 1640, C. por 1660 c. o CAP. MATEUS MARTINS DO PRADO, n. em 1641, filho de André Bernardes (ou Bernal) e de s/m. Domingas Ribeiro; c. geração.

Nº 10

§ 1º

- I- ANTÔNIO AFONSO, o velho, n. por 1540, residiu na vila de S. Vicente, C.c. JOANA VIEIRA.

A 10 de junho de 1585, exercia o cargo de procurador do concelho, quando assinou na fazenda de S. Jorge, com o governador Jerônimo Leitão, o vigário Sebastião de Paiva, nove camaristas das vilas de S. Vicente e Santos e dezesseis “*srs. da governança*” de ambas as vilas (5) o “*Auto da junta*”, tratando da guerra contra os gentios carijó e tupiãe, do sul (AC-CSP, I, 275 e 279).

A 18 de dezembro de 1598, servia o cargo de vereador em S. Vicente, na câmara que deu posse ao Capitão Diogo Arias de Aguirre como governador interino da Capitania. Eram os demais membros da câmara: Francisco Mendes, juiz ordinário, Paulo de Veres e Antônio Luís, vereadores, e Pedro Colaço (o moço) procurador do concelho (RGCSF, VII, 63 e 64).

Foi referido a 21 de julho de 1627 no processo de beatificação do Padre José de Anchieta (Processo Apostólico do Rio de Janeiro) pelo depoimento da testemunha Garcia de Gusmão Moniz (de cinqüenta e sete anos de idade, natural de Torres Vedras): “*Contou um caso em que, indo Anchieta da vila de Santos para a de São Vicente, no caminho, por ser noite, se agasalhou no Engenho dos Erasmos e que, fazendo queixa o feitor do dito engenho que então se chamava Antônio Afonso, muito grande amigo dele padre, que se vinha chegando a festa de S. Jorge, que era a invocação do engenho, e não vinha navio que todos os anos costumava vir, e não havia vinho para esta festa, a qual seria daí a 3 ou 4 dias. Anchieta transmitiu confiança e um navio com o vinho chegou na véspera ou antes !*” (Viotti, Padre Hélio Abranches, S.J., “*Processos Anchietaanos...*”, Revista da ASBRAP, nº 3, p. 49). Creio que faleceu depois de 1611. Pais de, ao menos (n. entre os anos de 1580 e 1590 ?):

- 1 (II)- ANTÔNIO AFONSO, o moço, requereu sesmaria com seus irmãos no rio de (S. Vicente ?) (“*Sesm.*”, I, 169) - § 2º
- 2 (II)- BARTOLOMEU AFONSO, sesmeiro em 1611 com seu irmão. Deve ser a pessoa que serviu o cargo de escrivão das cartas de datas, antes de 1624 (INV. E TEST., VI, 209).

- 3 (II)- PEDRO (AFONSO VIEIRA) sesmeiro em 1611 com seus irmãos.
 4 (II)- ANA VIEIRA, n. por 1590 – segue.

II- ANA VIEIRA C. por 1610 c. LUÍS ÁLVARES PEDROSO, filho de João Álvares, o velho, e de s/m. Margarida Fernandes.

Pais de (entre outros...):

III- MARIA PEDROSO C.c. o CAP. JOÃO GONÇALVES CALAÇA, n. por 1600, filho de Manuel Vieira e de s/m. Maria, moradores na cidade de Lisboa.

Pais de (entre outros...):

IV- PADRE JOSÉ VIEIRA CALAÇA, n. em 1633 (?) servia em 1687 o cargo de vigário da vila de S. Vicente (ACMSP). Ordenou-se sacerdote, com processo de *genere et moribus* iniciado em 1653. Segundo o processo, seus pais e avós eram pessoas nobres. A testemunha Antônio de Sousa, n. em 1577, conheceu os mencionados pais e avós.

§ 2º

II- ANTÔNIO AFONSO (filho de Antônio Afonso do §1º nº 1) n. por 1580, seria o mesmo referido como “o moço”, na sesmaria de 1611, ou como “o velho”, na povoação de Santo Antônio do Rio da Paraíba, quarenta anos depois (DAESP).

Casou-se com uma irmã ou cunhada de Manuel Fernandes da Costa, referido como tio de seus filhos, nas cartas de sesmarias concedidas pelos capitães mores de Itanhaém.

Teve uma data de terras no termo da vila de Taubaté, rio Paraíba abaixo, ao rumo sueste, partindo nas cabeceiras com a sesmaria de Antônio Vieira da Maia, situada na paragem denominada “os Barreiros”, e com outra sesmaria, pertencente a João Luís (filho de Miguel Luís) a qual limitava com terras de Antônio Vieira da Maia e Gabriel de Góis. Nessa vila possuía chãos da banda da aguada, nas divisas de uma área com trinta braças em quadra, de Antônio Vieira da Maia (AHMFG).

Veio para a “*nova Povoação de Sancto Antônio no Ryo da Parahyba*” com quatro filhos, por volta de 1649, e obteve uma sesmaria (creio em conjunto com Manuel Fernandes da Costa) que limitava, alguns anos depois, com as terras de Ana da Silva Leme. Essa moradora conseguira uma data de terras de mil e quinhentas braças, a principiar do rossio da vi-

la, descendo o rio Paraíba pela testada, da qual vendeu trezentas braças a Fernão Bicudo de Brito e, em seguimento, duzentas braças a Manuel Fernandes da Costa.

A sesmaria de Antônio Afonso, o velho (à semelhança das concedidas a seus filhos) mediria meia légua de testada por duas de sertão, limitando rio Paraíba acima com as terras da referida vendedora e rio abaixo com o primeiro sesmeiro dos irmãos, seu filho Antônio Afonso, o moço.

Nas cabeceiras das terras de Antônio Afonso, o velho, e seu parente Manuel Fernandes da Costa, em Guaratinguetá, obteve outra sesmaria, de uma légua de sertão, o mencionado João Luís, por despacho do Cap. Mor Dionísio da Costa, governador da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém entre os anos de 1649 e 1652 (AHMFG).

Receberam os quatro filhos de Antônio Afonso, o velho, quatro sesmarias, demarcadas cada uma em meia légua pela testada, rio Paraíba abaixo, com o sertão de duas léguas ao rumo sueste, a partir da data concedida a seu pai. A sesmaria de Antônio Afonso, o velho, com base na dimensão da testada, abrangeria toda a área do atual bairro de Engenheiro Neiva; na seqüência vinham as datas de seus filhos, em direção à futura freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Guaipacaré.

Nada consta sobre o falecimento do casal Antônio Afonso, por não serem localizados outros documentos do período seiscentista.

Pais de, ao menos (nascidos, creio, entre os anos de 1612 e 1632):

- 1 (III)- ANTÔNIO AFONSO, o moço, veio para a nova povoação de Santo Antônio de Guaratinguetá, com seu pai e irmãos, e recebeu uma sesmaria situada à margem direita do rio Paraíba, medindo a testada meia légua em direitura, rio abaixo, e pela terra adentro duas léguas, da banda do mar, ao rumo sueste, localizada a partir da data de seu pai (na qual teria parte Manuel Fernandes da Costa).
- 2 (III)- FRANCISCO AFONSO, que recebeu a sesmaria em continuação à data de seu irmão Antônio Afonso, com meia légua de terras de testada, rio Paraíba abaixo, e duas léguas de sertão, ao rumo sueste. Situavam-se essas terras cerca de 9 a 12 Km do rossio da vila de Guaratinguetá.
- 3 (III)- BARTOLOMEU AFONSO, seria a pessoa nascida em 1632, que depôs como testemunha perante o juiz ordinário, Cap. Brás Esteves Leme, em Guaratinguetá a 13 de abril de 1657, numa justificação

apensa ao inventário de Luís Álvares Correia e de s/m. Maria de Pina (DAESP) – segue.

- 4 (III)- ESTEVÃO AFONSO, que recebeu a sesmaria em continuação à data de seu irmão Bartolomeu Afonso, com meia légua de terras de testada, rio Paraíba abaixo, e duas léguas de sertão, ao rumo de sueste. Situavam-se essas terras cerca de 15 a 18 quilômetros do rossio da vila de Guaratinguetá, na região da atual cidade de Canas.

- III-** BARTOLOMEU AFONSO, n. em 1632 (?) recebeu a sesmaria em continuação à data de seu irmão Francisco Afonso, com meia légua de terras de testada, rio Paraíba abaixo, e duas léguas de sertão, ao referido rumo, na paragem onde surgiu, no primeiro quartel do século seguinte, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Guaipacaré (Hepacaré) situada num campo elevado junto ao dito rio. Fazia pião no meio dessas terras um ribeirão que desaguava no rio Paraíba.

Casou-se com FULANA DE CASTILHO (?) e tiveram sete ou oito filhos (sic) entre os quais:

- 1 (IV)- (?) JOÃO DE CASTILHO TINOCO, n. por 1670, seria o casado com CATARINA RIBEIRO DAS NEVES (SL, III, 81).
- 2 (IV)- ANA MARIA VIEIRA – segue.

- IV-** ANA MARIA VIEIRA (ou Ana de Castilho, segundo Silva Leme) n. por 1680, C. por 1700 c. ESTEVÃO MACHADO FAJARDO (testamenteiro de sua mãe em 1732) filho do Cap. João Machado Jácome (n. em 1643) e de s/m. Beatriz de Unhate; n.p. de Domingos Machado Jácome (n. nos Açores em 1597) e de s/m. Catarina de Barros; n.m. de Diogo de Unhate Biscainho e de s/m. Catarina Tinoco Maciel.

Residiu com seu marido, durante muitos anos, nas terras herdadas de seu pai, situadas acima das casas da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na direção sudeste.

Em outras ocasiões, residiram na paragem da Olaria e depois na da Ponte Alta, em casa de seu cunhado Cap. Roque Bicudo Leme, o velho (n. em 1664) onde faleceu Estevão de Barros. No estado de viúva passou a residir na freguesia da Piedade.

As terras da sesmaria de seu pai, alguns anos depois, tidas como devolutas, foram transferidas ao Alferes Domingos Álvares Barroso (genro de Pedro da Costa Colaço) por nova carta de data, do governador Antônio

Luís de Távora, Conde de Sarzedas, expedida em Santos a 9 de setembro de 1735.

Requeru Ana Maria Vieira uma ação judicial contra esse ato, vencendo em instância superior a apelação do agravante, Alferes Domingos Álvares Barroso, conforme a sentença do ouvidor, Dr. Domingos Luís da Rocha, dada em S. Paulo a 8 de junho de 1744 (DAESP).

No decorrer do processo instaurado no juízo ordinário de Guaratinguetá, despacharam nos autos os juizes ordinários: Cap. Manuel da Mota Pais (1736) Cap. Manuel Lopes Figueira (1737) Cap. Antônio Raposo Leme (1743) Sargento Mor Francisco Nabo Freire (1744) Cap. André Lopes da Lavra (1744) e outros. Pais de, ao menos:

- 1 (V)- BEATRIZ VIEIRA C. antes de 1736 c. DOMINGOS RODRIGUES PAIS, filho de Sebastião Dias e de s/m. Ana de Moraes (SL, VIII, 203).
- 2 (V)- MANUEL VIEIRA JÁCOME.
- 3 (V)- C.c. LUÍS FERNANDES.

NOTAS

1

Dentre os muitos nobres e titulares, tratados pelos grandes autores, poderiam ser mencionados os seguintes: D. Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de S. Vicente, seu antepassado D. Martim Afonso Chichorro (filho de D. Afonso III, 5º rei de Portugal, da dinastia de Borgonha) D. Martim Afonso Teles de Menezes, conde de Ourém (pai da rainha D. Leonor Teles, mulher de D. Fernando, 9º rei, de Borgonha) D. João Afonso Teles de Menezes, senhor de Albuquerque, D. Pedro Afonso, conde de Barcelos, autor do “Livro de Linhagens”, e sua irmã D. Maria Afonso (filhos de D. Dinis, 6º rei, de Borgonha) D. Leonor Afonso, freira, e Gil Afonso (irmãos paternos de D. Dinis) D. João Afonso (filho de D. Afonso II, 3º rei, de Borgonha) D. Fernando Afonso de Albuquerque, mestre de Santiago, D. Violante Afonso (aia da filha infanta de D. Fernando, de Borgonha) D. Fernando Afonso de Toledo, antepassado de Santo Antônio de Bulhões, Diogo Afonso de Figueiredo e D. Urraca Afonso (filha de D. Afonso III, de Borgonha) antepassados do Almirante Pedro Álvares Cabral, João Afonso dos Quintos, cavaleiro fidalgo da Casa Real (fez um empréstimo a D. Manuel I, 5º rei de Avis, para as naus da Índia) Rodrigo Afonso, antepassado dos “Bicudos” da Ilha de S. Miguel, Beatriz Afonso, Inês Afonso e Grimaneza Afonso de Melo, antepassadas dos “Velhos” e “Romeiros” da dita Ilha... etc.

2

Desejava o cacique Timacaúna se tornar cristão e estar onde ele dito Martim de Sá o pusesse em serviço de S. Majestade (RIHGSP, XLIV, 294).

Descia do sertão para a vila de S. Paulo, com toda sua gente, munido de uma provisão do Cap. Mor Martim de Sá, que recebera através de índios correios de Garcia Rodrigues, quando foi salteado e morto por certos pombeiros dos brancos, que repartiram toda a gente entre si e a trouxeram a seus senhores.

Juradas aos Santos Evangelhos, depuseram na devassa a 7 de junho de 1623, perante o juiz ordinário Diogo Moreira, sendo escrivão dos autos Calisto da Mota, as onze pessoas seguintes, todas moradoras nessa vila (declaradas suas idades pouco mais ou menos):

- 1ª - Álvaro Neto, o velho, 80 a. id.
- 2ª - Francisco Rodrigues Velho, provedor dos quintos reais de S. Majestade, 50 a. id.
- 3ª - Gonçalo Madeira, 62 a. id.
- 4ª - Antônio Raposo, cavaleiro da Casa de S. Majestade, 65 a. id.
- 5ª - Baltazar de Godói, juiz de órfãos, mais de 60 a. id.
- 6ª - Luís Fernandes Folgado, fundidor de ferro, 46 a. id.
- 7ª - João Martins de Herédia, 30 a. id.
- 8ª - Jorge Rodrigues de Nisa, 36 a. id.
- 9ª - Bernardo de Quadros, 56 a. id.
- 10ª - Manuel da Cunha, 31 a. id.
- 11ª - Fernão Dias, capitão e procurador dos índios, 48 a. id.

Como responsáveis pelos seus negros pombeiros, foram acusados em S. Paulo os nove brancos seguintes: Simão Álvares, o velho (um negro seu matou Timacaúna) Paulo do Amaral, Alonso Peres, Pedro Vidal, Pascoal Monteiro, Pedro da Silva, Sebastião Fernandes Camacho, Fradique de Melo e João Ga... (o que tudo consta no Traslado da Devassa que se tirou nesta vila de S. Paulo sobre a morte do principal Timacaúna - 5 de junho de 1623).

3

- I- ALFERES SIMÃO ÁLVARES, n. por 1600, C. em S. Paulo cerca de 1630 c. ÂNGELA RODRIGUES, n. em 1610, filha de Manuel Rodrigues, falecido com testamento em 1646, e de s.m. Maria Gonçalves, falecida com testamento em 1672, creio irmã do Cap. Baltazar Gonçalves Málio, o velho. Manuel Rodrigues era cunhado de Domingos Gonçalves, o velho, que ainda vivia em 1646; em S. Paulo deu uma casa ao Padre a pedido de Brás Cardoso (INV. E TEST., XXXIII, 99 e 115).

Foi o Alferes Simão Álvares inventariado em S. Paulo em 1667 (DAESP, inventários danificados). Sua mulher faleceu depois de 1672. Pais de:

- 1 (II)- JOÃO ÁLVARES RODRIGUES, testamenteiro, com seu irmão Francisco Álvares, de seu cunhado Antônio de Azevedo em 1681.
- 2 (II)- CAP. FRANCISCO ÁLVARES RODRIGUES, nomeado curador de seus sobrinhos em S. Paulo em 1681.
- 3 (II)- DOMINGOS ÁLVARES DA CRUZ, nomeado curador dos mesmos em 1683.

- 4 (II)- ISABEL ÁLVARES C. cerca de 1660 nessa cidade c. ANTÔNIO DE AZEVEDO SÁ, natural de Guimarães, filho de Bento Simões de Freitas e de s.m. Maria de Azevedo, falecido com testamento em S. Paulo em 1681. Somou no inventário o monte partível a quantia de 4:084\$610. Dispôs no testamento duzentas missas (INV. E TEST., XXI, 151, 192 e 207). Pais de:
- 1 (III)- MANUEL DE AZEVEDO, n. em 1663.
 2 (III)- ANGELA DE AZEVEDO, n. em 1662.
 3 (III)- MARIA DE AZEVEDO, n. em 1666.
 4 (III)- JOANA DE AZEVEDO, n. em 1669.
 5 (III)- CATARINA DE AZEVEDO, n. em 1672/1673.

4

A descendência de Afonso Dias é parcialmente conhecida (?) através do inventário de seu filho Custódio Dias de Macedo, falecido sem descendentes em 1660, deixando herdeiros seus irmãos, sobrinhos e sobrinhos netos. Foi C.c. Catarina Lopes de Sampaio, que lhe subsistiu. O referido inventário, diferente dos demais do arquivo, vem a ser um estranho processo, em que transparece a grande preocupação de seus autores não em arrolar bens mas em arrolar herdeiros, que somaram cerca de 33 ou 34, além de referência a mais 4 irmãos e 2 sobrinhos falecidos, com geração incerta (?). No meio do tumultuário título de herdeiros (tal como está) não deixaríamos de imaginar alguma interpolação. A letra grande e redonda do escrivão, que não era o do juízo mas o da câmara (conforme disseram) parece aumentar a esquisitice do processo, cujos bens talvez valessem para um único herdeiro. Seria um manuscrito da mesma categoria da carta do Padre José de Anchieta ao Cap. Mor Jerônimo Leitão (publicada na RAMSP, CLI, e nas “Cartas do Padre José de Anchieta”, p. 443) ou daquela sugestiva carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, residente em Lisboa, datada de 31 de agosto de 1553, em completo desacordo com as cartas anteriores e posteriores (“Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil”, vol. I, pp. 489 e 521, etc.).

Custódio Dias de Macedo era irmão de Ascenso Dias de Macedo, homem abonado em Taubaté, onde uma rua era conhecida pelo seu nome, juiz ordinário e de órfãos nessa vila em 1646, 1658 etc. (AHMFG).

5

Assinaram como membros das câmaras (em 1585) – de S. Vicente: Pedro Colaço, Paulo de Veres, Pedro Leme, Pedro da Luz e Antônio Afonso (procurador do concelho) – de Santos: João Francisco, Simão Machado, Diogo Rodrigues, Alonso Pelaez (procurador do concelho) e Francisco Nunes Cubas (escrivão).

Assinaram como pessoas da governança de ambas as vilas: Tristão de Oliveira, Francisco Casado Paris, João Barriga, Vasco Pires Dantas, Jorge Ferreira, Pascoal Leite, Diogo Dias, Manuel Luís, Manuel de Siqueira, Domingos Afonso, João Batista Málio, Antônio de Proença, Antônio de Oliveira, João de Abreu, Francisco Martins e João de Caliz.